

# O perfil dos solicitantes dos pedidos de acesso à informação: análise com os dados da plataforma Fala.BR de 2012 a 2021

*The profile of requesters for access to information requests: analysis with data from the Fala.BR platform from 2012 to 2021*

*El perfil de los solicitantes de acceso a solicitudes de información: análisis con datos de la plataforma Fala.BR de 2012 a 2021*

**Vitor Hideo Nasu, Yana Miranda Borges e Breno Gabriel da Silva**

<https://doi.org/10.36428/revistadacgu.v14i25.447>

**Resumo:** O objetivo deste estudo foi analisar o perfil dos solicitantes dos pedidos de acesso à informação a partir dos dados da plataforma Fala.BR. Como suporte teórico, foi utilizada a literatura sobre o comportamento de busca informacional, além de aspectos da Lei de Acesso à Informação (LAI), transparência e *accountability*. A ferramenta metodológica utilizada foi a pesquisa de arquivo (*archival research*). A coleta de dados foi realizada em maio/2021 e considerou o período de 2012 a 2021. Mais de 260.000 observações, incluindo pessoas físicas e jurídicas, foram examinadas por meio de estatísticas descritivas. Os resultados apontaram que o perfil do solicitante – pessoa física, em geral, é caracterizado por ser do sexo masculino, com idade de 21 a 40 anos, com ensino superior completo, servidor público ou acadêmico e que reside na região Sudeste. Quanto ao solicitante - pessoa jurídica, a maioria é brasileira, está localizada na região Sudeste e é de pequeno ou médio porte. Apesar destes achados, é pertinente apontar que o perfil do solicitante – pessoa física vem se alterando nos últimos anos. Houve um crescimento substancial de pedidos feitos por pessoas do sexo feminino e com ensino médio. Futuras investigações podem avaliar os motivos do aumento dos pedidos por indivíduos com estas características.

**Palavras-chave:** Informação; Pedido; Transparência; Setor público; Comportamento informacional.

**Abstract:** The aim of this study was to analyze the profile of requesters for requests for access to information based on data from the Fala.BR platform. As theoretical support, the literature on information search behavior was used, in addition to aspects of the Access to Information Law (LAI), transparency, and *accountability*. The methodological tool used was archival research. Data collection was carried out in May/2021 and considered the period from 2012 to 2021. More than 260,000 observations, including individuals and companies, were examined through descriptive statistics. The results showed that the requester's profile – individual, in general, is characterized by being male, aged between 21 and 40 years old, with complete higher education, civil servant or academic and residing in the Southeast region. As for the requester – company, most are Brazilian, located in the Southeast region, and are small or medium-sized. Despite these findings, it is pertinent to point out that the profile of the requester – individual has been changing in recent years. There was a substantial growth in the requests made by people of the female sex and with high school education. Future investigations can assess the reasons for the increase in requests for individuals with these characteristics.

**Keywords:** Information; Request; Transparency; Public sector; Information behavior.

**Resumen:** El objetivo de este estudio fue analizar el perfil de los solicitantes de acceso a solicitudes de información en base a datos de la plataforma Fala.BR. Como soporte teórico se utilizó la literatura sobre comportamiento de búsqueda de información, además de aspectos de la Ley de Acceso a la Información (LAI), transparencia y *accountability*. La herramienta metodológica utilizada fue la investigación de archivo (*archival research*). La recolección de datos se realizó en mayo / 2021 y consideró el período de 2012 a 2021. Se examinaron a través de estadísticas descriptivas más de 260.000 observaciones, entre particulares y empresas. Los resultados arrojaron que el perfil del solicitante - individual, en general, se caracteriza por ser masculino, de entre 21 y 40 años, con título universitario, funcionario o académico y residente en la región Sudeste. En cuanto al solicitante - persona jurídica, la mayoría son brasileños, ubicados en la región Sudeste y son de tamaño pequeño o mediano. A pesar de estos hallazgos, es pertinente señalar que el perfil del solicitante - individuo ha ido cambiando en los últimos años. Hubo un crecimiento sustancial en las solicitudes realizadas por personas del sexo femenino y con estudios secundarios. Las investigaciones futuras pueden evaluar las razones del aumento de solicitudes de personas con estas características.

**Palabras clave:** Información; Solicitud; Transparencia; Sector público; Comportamiento informativo.

## 1. INTRODUÇÃO

De acordo com a Casa Civil da Presidência da República (2018, p. 16), a “governança pública compreende tudo o que uma instituição pública faz para assegurar que sua ação esteja direcionada para objetivos alinhados aos interesses da sociedade”. Por ter papel primordial na alocação dos recursos dos contribuintes – os quais incluem pessoas físicas e jurídicas –, a administração das entidades públicas tem o dever de fornecer informações sobre a sua atuação. Além disso, o acesso à informação é, reconhecidamente, um direito fundamental dos cidadãos, o qual é apoiado por órgãos nacionais e internacionais (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2011; SASSO et al., 2017), como, por exemplo, a Organização das Nações Unidas (ONU).

Neste debate, a transparência e a prestação de contas de entidades do setor público são temas que vêm ganhando mais notoriedade e importância (SCHILLEMANS, 2015). E, conseqüentemente, esforços têm sido empregados para assegurar o seu cumprimento, especialmente nas últimas duas décadas. Por exemplo, houve o lançamento do Portal da Transparência do Governo Federal (BRASIL, 2021b) em 2004 e a implantação – e suas posteriores alterações – da Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (BRASIL, 2011; CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2011), também conhecida como Lei de

Acesso à Informação (LAI). A responsabilidade por fiscalizar o seu cumprimento é da Controladoria-Geral da União (CGU).

Como o seu nome sugere, a LAI veio para reforçar o direito de acesso à informação pública no Brasil por meio da transparência, que pode ser categorizada em ativa e passiva (PERES et al., 2020; SASSO et al., 2017). A primeira se refere à informação prontamente disponível que usualmente ocorre por meio da sua divulgação voluntária em canais eletrônicos (PERES et al., 2020; SASSO et al., 2017), podendo ou não pertencer ao conjunto básico que deve ser divulgado obrigatoriamente em função da determinação da LAI. E a segunda categoria de transparência acontece quando as informações não estão prontamente acessíveis aos cidadãos, mas que podem ser obtidas por meio de solicitações específicas e que devem ser disponibilizadas ao requerente dentro de prazos estipulados em lei (MICHENER; CONTRERAS; NISKIER, 2018; SASSO et al., 2017).

Michener; Contreras e Niskier (2018) colocam que, enquanto os gestores públicos podem selecionar e tratar mais desejavelmente as informações que estão sob o guarda-chuva da transparência ativa, aquelas sob o da transparência passiva constituem um teste mais rigoroso em se tratando do comprometimento com o acesso informacional porque os órgãos e as entidades públicas são obrigadas a prover informações a demandas não previstas. Deste modo, observa-se que o cidadão possui função crucial para

a concretização da LAI e de outros mecanismos que garantem o direito de acesso à informação pública. Por isso, este trabalho tem particular interesse na transparência passiva.

No âmbito do poder executivo federal, a CGU é o órgão responsável por monitorar o cumprimento da LAI e do Decreto N° 7.724, de 16 de maio de 2012 (SASSO et al., 2017). A partir de agosto de 2020, a CGU integrou os serviços de ouvidoria (e-Ouv) e de acesso à informação (e-Sic) em uma única plataforma, o Fala.BR – Módulo Acesso à Informação (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2020). De acordo com o website do Governo Federal (BRASIL, 2021a), esta integração de serviços gera oportunidade de aprimoramentos e desenvolvimento de novas funcionalidades que facilitarão a vida dos cidadãos e dos gestores públicos em todos os níveis governamentais.

Com base nesta exposição introdutória, o objetivo deste trabalho é analisar o perfil dos solicitantes dos pedidos de acesso à informação da plataforma Fala.BR de 2012 a 2021. Na transparência passiva, quem está no centro do processo é o usuário da informação e entender o seu perfil pode ajudar a constatar que tipo de público tem maiores necessidades informacionais. O período de quase dez anos (maio/2012-maio/2021) inclui a vigência da LAI e permite observar se houve alterações do perfil ao longo do tempo, bem como outras análises comparativas. Por fim, destaca-se que, até o presente momento, o Fala.BR já soma mais de 1,2 milhão de pedidos de acesso à informação e de manifestações de ouvidoria. Este dado fornece noção sobre a pertinência desta ferramenta.

O restante do trabalho está estruturado da seguinte forma: a seção 2 apresenta a discussão sobre a literatura relevante; a seção 3 descreve os procedimentos metodológicos para a consecução do presente estudo; a seção 4 reporta os resultados e a sua interpretação; e a seção 5 apresenta a conclusão.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

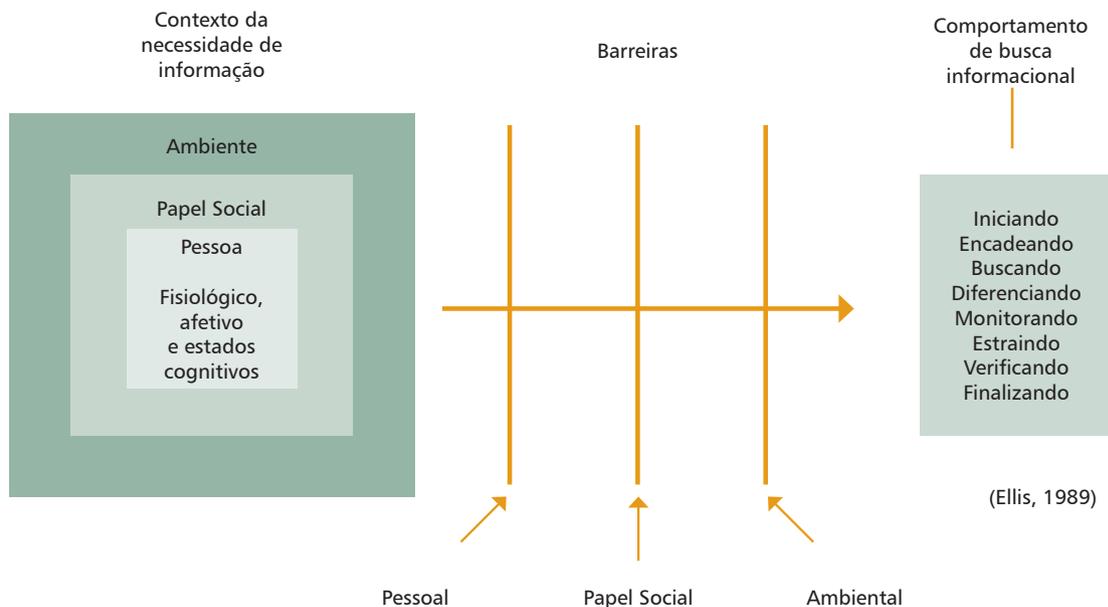
### 2.1. Características dos indivíduos e busca por informações

A necessidade e o comportamento de busca por informações estão presentes em múltiplas áreas, como na de gestão de pequenas e médias empresas (JOROSI, 2006), de saúde (HUBER; CRUZ, 2000), de marketing (HENRIQUE; BARBOSA, 2009) e de música (LEE; CHO; KIM, 2016), por exemplo. Do mesmo modo, as pessoas precisam de informações relacionadas aos órgãos e entidades públicas. “O cidadão bem informado tem melhores condições de conhecer e acessar outros direitos essenciais, como saúde, educação e benefícios sociais” (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2011, p. 8).

Diferentes modelos teóricos foram desenvolvidos com o intuito de explicar a busca por informações e o comportamento informacional dos indivíduos (ver HERNÁNDEZ SALAZAR et al., 2007; MARTÍNEZ-SILVEIRA; ODDONE, 2007; WILSON, 1997, 1999). Principalmente a partir dos anos 1980, os estudos sobre a temática passaram a enfatizar mais o usuário, em vez do sistema de informações em si (MARTÍNEZ-SILVEIRA; ODDONE, 2007). Embora os modelos possam ter sido construídos a partir de óticas teóricas distintas, a mudança de foco do sistema para o usuário da informação dá mais valorização às características individuais. Por esta razão, examinar o perfil do público que requer informações governamentais é oportuna.

O modelo revisado de Wilson (1981) sobre o comportamento de busca de informação (*model of information-seeking behavior*) é influente na área de Ciência da Informação e tem sido discutido ao longo do tempo. Dentre outros fatores, o modelo leva em conta as necessidades básicas das pessoas, tais como as fisiológicas, afetivas e de estados cognitivos, como mostra a Figura 1.

FIGURA 1 - MODELO DE COMPORTAMENTO DE BUSCA DE INFORMAÇÃO



Fonte: Wilson (1999, p. 252), tradução livre.

Dois pressupostos sustentam o modelo (WILSON, 1999): (i) a necessidade de informação não é uma necessidade primária, mas uma secundária que surge de uma necessidade do tipo mais básica; e (ii) é provável que a pessoa encontre barreiras de tipos variados ao visar a busca por informação para satisfazer uma necessidade básica. As necessidades mais básicas (fisiológicas, afetivas e de estados cognitivos) foram extraídas da literatura da psicologia e antecedem a necessidade de informação. Por exemplo, uma condição deficitária do organismo (contexto fisiológico) produz uma necessidade de preservar a saúde do indivíduo (necessidade básica), que passa a precisar se informar melhor sobre a doença (necessidade de informação). O papel social (trabalho) e o ambiente no qual a pessoa está inserida também constituem contextos que produzem necessidades básicas geradoras de necessidades informacionais.

As barreiras que impedem, ou prejudicam, a busca por informação se originam dos próprios contextos (WILSON, 1999). Por exemplo, um quadro doentio faz com que um indivíduo deva permanecer em repouso ou internado para se recuperar (barreira), limitando o seu acesso a fontes de informação. No contexto de transparência pública, algumas das bar-

reiras evidenciadas pela literatura prévia pertencem aos usuários e outras às entidades públicas. Os empecilhos incluem, mas não são exaustivos, a falta de habilidade do usuário no manuseio de tecnologia, a falta de processos de preparação e treinamentos dos funcionários públicos, a ausência de um sistema de gestão informacional eficaz e o orçamento público limitado (GAMA; RODRIGUES, 2016; MICHENER; CONTRERAS; NISKIER, 2018). Alguns estudos, como o de Freire e Batista (2016), propõem melhorias para facilitar o acesso à informação. No caso de Freire e Batista (2016), tais aprimoramentos são específicos para o Portal da Transparência, mas que podem, em certa medida, ser estendidos a outras plataformas virtuais dos governos em seus diferentes níveis.

Por fim, o modelo incorpora os comportamentos de busca discutidos por Ellis (1989). Em seu terceiro capítulo, Ellis (1989) fornece um extensivo debate acerca do modelo de comportamento e desenho do sistema de recuperação de informação (behavioral model and information retrieval system design), o qual inclui os seguintes comportamentos: iniciando, encadeando, buscando, diferenciando, monitorando, extraíndo, verificando e finalizando. As suas descrições estão reportadas na Tabela 1.

TABELA 1 - COMPORTAMENTOS DE BUSCA DE INFORMAÇÃO

COMPORTAMENTO	DESCRIÇÃO
Iniciando	Os meios usados pelo usuário para começar a buscar informações. Por exemplo, perguntando a algum colega conhecedor do assunto.
Encadeando	Seguindo notas de rodapé e citações em material conhecido ou encadeamento “direto” de itens conhecidos por meio de índices de citação.
Buscando	Busca do tipo “semi-direto” ou “semi-estruturado” (ver Ellis, 1989, p. 187).
Diferenciando	Utilizar diferenças conhecidas nas fontes de informação como uma forma de filtrar a quantidade de informação obtida.
Monitorando	Manter-se atualizado ou em busca de conhecimento atual.
Extraíndo	Identificar seletivamente o material relevante em uma fonte de informação.
Verificando	Checar a acurácia da informação.
Finalizando	Pode ser definido como “amarrar pontas soltas” por meio de uma pesquisa final.

Fonte: Ellis (1989) e Wilson (1999).

A aplicação do modelo de Wilson (1981) à área pública é útil porque ajuda a sistematizar o caminho percorrido pelo usuário na procura da satisfação de sua necessidade de informação. Primeiro, o contexto (pessoal, papel social e/ou ambiental) gera uma necessidade básica (fisiológica, afetiva e/ou de estado cognitivo) nas pessoas, as quais passam a procurar por informação (necessidade informacional) para obter o serviço público do qual precisa. Na transparência passiva, por definição, uma das principais barreiras é a indisponibilidade da informação. Deste modo, a pessoa precisa fazer uma solicitação específica para obtê-la. Neste momento, o usuário já está executando os comportamentos de busca de informações discutidos por Ellis (1989).

Apesar da sua utilidade para a gestão pública, Wilson (2020) observa que o modelo de comportamento de busca informacional é pouco explorado nesta área. O autor observou apenas duas ocorrências de menção deste modelo na área de administração pública. Com base neste resultado, observa-se que o modelo de comportamento de busca informacional pode ser mais bem explorado na área de gestão pública. O tópico de acesso à informação dos governos municipal, estadual e federal é um campo fértil para o emprego do referido modelo.

#### Informação pública e perfil dos solicitantes

Esta subseção reúne pontos de destaque relativos ao acesso à informação pública e o perfil do solicitante. O primeiro é sobre o monitoramento. Sasso et al. (2017, p. 606) colocam que “para realizar o moni-

toramento da transparência passiva é necessário que se divulguem informações acerca dos pedidos de informações e acerca dos usuários. Se isso não ocorre, não se sabe nem quem e nem o que está sendo solicitado de informações sobre o setor público”. Compreender o público que acessa estas plataformas pode prover indícios de que novas – ou mais detalhadas – informações precisam ser divulgadas em função de uma maior demanda. Por conseguinte, a disponibilização destas novas informações eliminaria os pedidos de acesso que nelas têm origem, sobrecarregando menos os servidores públicos. Da mesma forma, facilitaria o acesso à informação pelos usuários, os quais não precisariam efetuar solicitações específicas acerca destas informações. Por isso, a análise do perfil do solicitante pode beneficiar tanto o governo quanto o usuário.

Um segundo ponto é referente ao perfil do solicitante. Os resultados da pesquisa de Michener, Contreras e Niskier (2018) indicam que o usuário médio das informações governamentais é do sexo masculino e com ensino superior. Similarmente, Freire e Batista (2016) encontraram que a maioria dos participantes da Pesquisa de Avaliação do Portal de Transparência era homem, com ensino superior completo, de alta renda, servidor público e com média de idade de 38 anos. Este perfil, conforme observam Freire e Batista (2016), corresponde ao de cidadãos que já se engajam na vida pública tradicionalmente. Considerando estes achados, é desejável que haja o envolvimento de grupos mais heterogêneos. A diversidade

de opinião e de solicitações podem assistir na amplificação do controle social, já que presumivelmente cobriria um maior leque e nível de granularidade das informações a respeito de certa instituição pública.

Em pesquisa sobre a transparência passiva com 59 universidades federais brasileiras em 2013 e 2014, Gama e Rodrigues (2016) constataram que o perfil dos solicitantes era composto majoritariamente por pessoas físicas (98%), principalmente por estudantes (20%) e professores (7%). As pessoas jurídicas eram a minoria (2%), constituindo-se de institutos de ensino e pesquisa, sindicatos, órgãos públicos e do terceiro setor. Estes achados sugerem que as empresas da área privada podem aumentar a sua participação e dever cívicos ao requerer informações adicionais das universidades públicas federais. Enfatiza-se que as empresas públicas e privadas operam de forma conjunta, ainda que sejam reguladas diferentemente. É, portanto, razoável supor que as empresas públicas detêm informações que podem ser valiosas para o gestor da área privada, tais como aquelas que permitem análises setoriais, longitudinais e tributárias.

Um terceiro e último ponto é que a literatura prévia indica que a maior parte dos estudos examinou a transparência ativa (MICHENER; CONTRERAS; NISKIER, 2018), nos distintos níveis de governo (SASSO et al., 2017). Por esta razão, é razoável presumir que ainda há espaço substancial para o crescimento da literatura sobre a transparência passiva. Ademais, embora este tipo de transparência tenha sido observado de diferentes ângulos teóricos por pesquisadores das áreas de controladoria, gestão e contabilidade, há relativamente poucos estudos publicados que consideram a lente da Ciência da Informação. Por exemplo, Baldissera et al. (2017) o estudaram a partir da teoria contingencial; Silva e Bruni (2019) da influência de variáveis socioeconômicas; e Peres et al. (2020) da associação de características dos indivíduos. Nesse sentido, o diferencial desta pesquisa reside na utilização do modelo de comportamento de busca informacional (WILSON, 1981, 1997, 1999), pouco presente na literatura de administração pública (WILSON, 2020).

### 3. MÉTODO

Em consonância com o objetivo da pesquisa, foi conduzida uma pesquisa de arquivo (*archival research*). Este tipo de investigação, conforme Smith (2015), é caracterizado pela abrangência de fontes utilizadas para produzir pesquisas com base em documentos históricos, textos, artigos de revistas acadêmicas, relatórios financeiros das empresas e assim por diante. Na pesquisa em questão, este método de pesquisa é compatível com o objetivo do estudo porque visa avaliar o perfil do solicitante junto a dados históricos registrados em plataforma específica para o recebimento de pedidos de acesso à informação.

Os dados dos solicitantes de pedidos de acesso à informação foram baixados (download) no dia 22/05/2021 a partir da consulta ao website do Fala.BR – Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2021). O Fala.BR reuniu os serviços de ouvidoria e de acesso à informação dos órgãos e entidades no âmbito do Poder Executivo Federal em uma única plataforma. Entretanto, o foco deste trabalho está no perfil do usuário deste último. Reconhece-se, da mesma forma, que é relevante que pesquisas futuras abordem o perfil de pessoas físicas e de empresas que se manifestam por meio dos serviços de ouvidoria.

A escolha da plataforma Fala.BR se deu pelos seguintes motivos: (i) Sasso et al. (2017) apontam que a divulgação de seus usuários é crucial para o monitoramento da transparência passiva; (ii) o Fala.BR está, da mesma forma, alinhado aos temas centrais abrangentes deste trabalho. É um recurso virtual que tonifica a transparência e o *accountability* no nível do governo federal e que encontra respaldo na LAI. A sua atualização ocorre diariamente; (iii) o Fala.BR representa uma plataforma oficial do governo e, especificamente, da CGU. Portanto, parece razoável supor que os registros são confiáveis. (iv) a quantidade de observações é outra vantagem do banco de dados do Fala.BR. Ao longo do período de 2012 a 2021, é possível fazer o *download* de centenas de milhares de observações; e (v) os dados são disponibilizados de forma pública. Deste modo, as análises, aqui conduzidas, passam a ter graus mais elevados de verificabilidade por outros estudiosos.

A população de interesse deste estudo compreende os solicitantes caracterizados como pessoas físicas e jurídicas. Foi verificado que houve dados faltantes no banco de dados. Isso acontece quando os solicitantes deixam lacunas nos formulários de cadastro ou o preenchem de forma inadequada, gerando dados imprecisos que fornecem pouca ou nenhuma informação ao serem analisados. Neste caso, foi necessário eliminar as observações (pessoas físicas ou jurídicas) com dados faltantes ou com dados imprecisos.

Para as pessoas físicas, a Tabela 2 mostra as quantidades totais de dados por variável, das quais foram deduzidas as quantidades referentes a dados faltantes ou imprecisos e, enfim, resultando nas quantidades de dados informativos, as quais representam as observações efetivamente analisadas por este estudo. Ressalta-se que a variável Profissão foi a única que não teve ocorrência de dados faltantes ou imprecisos. Deste modo, a quantidade de dados informativos é a mesma da quantidade de dados totais.

**TABELA 2 - PESSOA FÍSICA: TOTAL DE OBSERVAÇÕES APÓS AS EXCLUSÕES**

PESSOA FÍSICA	DADOS TOTAIS		(-) DADOS FALTANTES OU IMPRECISOS		(=) DADOS INFORMATIVOS	
	Total	%	Total	%	Total	%
Variável						
Sexo	252.415	100,00	36.530	14,47	215.885	85,53
Faixa Etária	252.415	100,00	55.155	21,85	197.260	78,15
Região Brasileira	252.415	100,00	41.214	16,33	211.201	83,67
Escolaridade	252.415	100,00	55.827	22,12	196.588	77,88
Profissão	252.415	100,00	0	0	252.415	100

\*As exclusões ocorreram devido a dados faltantes e, especificamente para a variável sexo, à presença da categoria “outros”.

Fonte: Dados da pesquisa.

A mesma abordagem foi empregada para o banco de dados das pessoas jurídicas, que tinha 11.819 observações ao todo. A Tabela 3 contém as características das pessoas jurídicas, na qual se pode verificar que a variável Tipo de Pessoa Jurídica não apresentou dados faltantes ou imprecisos. No entanto, a variável Região Brasileira apresentou uma frequência de 6,38% destes. A coluna Dados informativos contém o número de observações efetivamente analisado neste estudo.

**TABELA 3 - PESSOA JURÍDICA: TOTAL DE OBSERVAÇÕES RESULTANTES DO PERFIL DO SOLICITANTE**

PESSOA JURÍDICA	DADOS TOTAIS		(-) DADOS FALTANTES		(=) DADOS INFORMATIVOS	
	Total	%	Total	%	Total	%
Variável						
Tipo de Pessoa Jurídica	11.819	100,00	0	0	11.819	100
Região Brasileira	11.819	100,00	754	6,38	11.065	93,62

Fonte: Dados da pesquisa.

Posteriormente a estes procedimentos, foi traçado o perfil do solicitante através de análise descritiva univariada por meio de tabelas (não reportadas) e suas respectivas representações gráficas (reportadas). A rotina computacional foi realizada no software R versão 4.6.2 (R CORE TEAM, 2020).

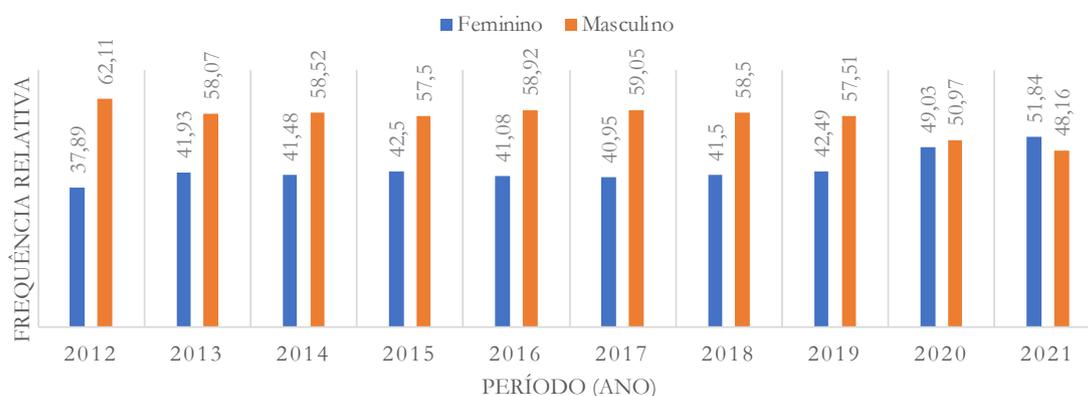
## 4. RESULTADOS

### 4.1. Perfil das pessoas físicas

Na Figura 2, nota-se que os solicitantes do sexo masculino apresentam maior frequência em relação aos do sexo feminino, considerando o período de 2012 a 2019, vindo a ter maior balanceamento em 2020 (50,97% masculino; 49,03% feminino). Em 2021, o número de solicitantes do sexo feminino superou

o do masculino. Especialmente com base nos resultados de 2020 e 2021, parece haver uma tendência de aumento dos solicitantes do sexo feminino. Isso sugere que a necessidade informacional das pessoas do sexo feminino vem aumentando, em particular das informações que não são divulgadas pela transparência ativa das instituições públicas no âmbito federal.

**FIGURA 2 – PESSOA FÍSICA: FREQUÊNCIAS RELATIVAS DO SEXO DOS SOLICITANTES DE 2012 A MAIO DE 2021**



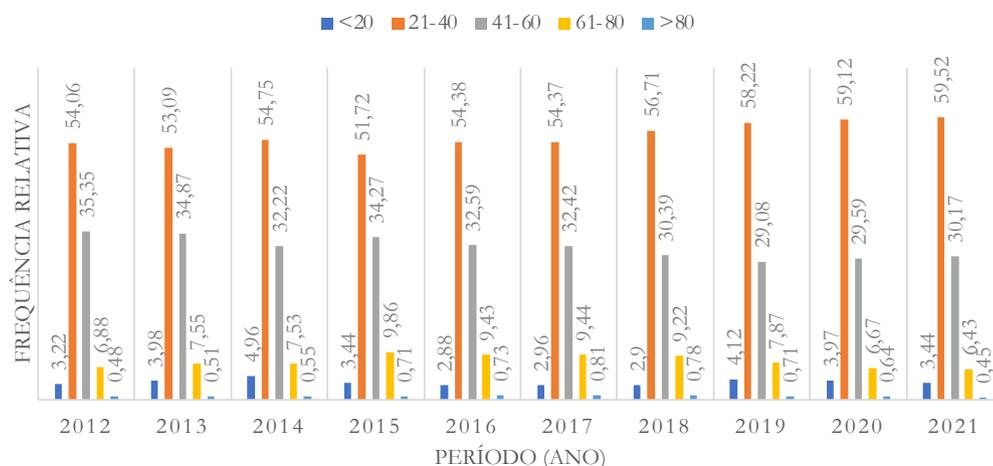
Fonte: Dados da pesquisa.

Como apontado em pesquisas prévias (MICHENER; CONTRERAS; NISKIER, 2018; PERES et al., 2020), o sexo predominante é o masculino. Mas a análise dos anos 2020 e 2021 mostra que há aumento, em termos proporcionais, de participação feminina na solicitação de informações públicas via plataforma Fala.BR. É pertinente mencionar que o Brasil foi, e ainda está sendo, profundamente afetado pela pandemia da COVID-19. Este ponto pode ser uma das razões pelas quais as pessoas buscaram maiores informações dos órgãos públicos. Deste modo, de acordo com o modelo de Wilson (1981), a combinação de fatores pessoais (sexo) e ambientais (COVID-19) pode ter gerado maior necessidade de informação. Apesar

disso, é oportuno mencionar que o resultado para 2021 deve ser visto com certa cautela por ser representativo até a data da coleta de dados (22/05/2021).

Na Figura 3, observa-se que os pedidos foram realizados majoritariamente por pessoas de 21 a 40 anos de idade. Para todos os períodos, este público representou mais de 50%. Este resultado é compatível com o estudo de Freire e Batista (2016) cuja idade média dos solicitantes era de 38 anos. Esta idade está dentro da faixa de maior ocorrência de usuários desta pesquisa. O segundo maior grupo em termos de faixa etária foi o público de 41 a 60 anos, com o percentual variando de 29,08% (2019) a 35,35% (2012). Na sequência, as pessoas de 61 a 80 anos foram as mais representativas, seguidas pelas de até 20 anos e, por fim, aquelas com mais de 80 anos.

FIGURA 3 - PESSOA FÍSICA: FREQUÊNCIAS RELATIVAS DAS FAIXAS ETÁRIAS DOS SOLICITANTES DE 2012 A MAIO DE 2021



Fonte: Dados da pesquisa.

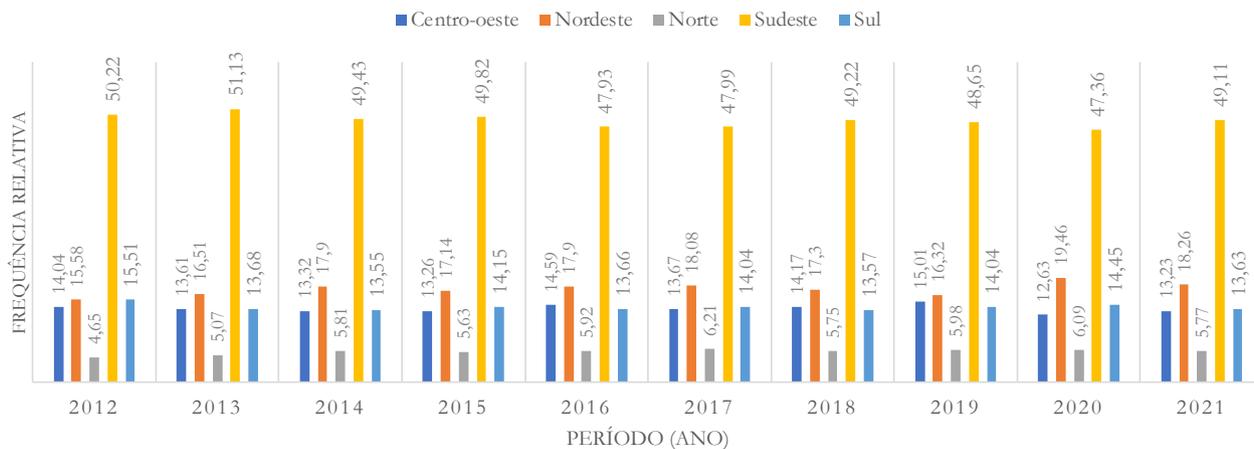
A literatura prévia explica a relação entre a idade e a transparência pública (BIRSKYTE, 2019; PERES et al., 2020). Se, por um lado, os mais velhos podem ser considerados mais politicamente ativos, os mais jovens, por outro, são os que têm maior familiaridade com novas tecnologias e conseguem solicitar informações mais facilmente por meio dos portais eletrônicos. Considerando que a maioria dos pedidos é realizada via internet, é esperado que cidadãos mais jovens tenham mais facilidade para fazê-los do que os mais velhos, principalmente quando há alta necessidade informacional, observada na faixa de 21 a 40 anos. Muito embora a plataforma Fala.BR tenha sido desenvolvida e aprimorada com base na inclusão digital, é possível que alguns cidadãos mais velhos ainda tenham dificuldade para entendê-lo ou manuseá-lo.

De acordo com o modelo de comportamento de busca de informação (WILSON, 1981, 1997, 1999), as barreiras podem dificultar, ou mesmo impedir, que os indivíduos consigam acessar à informação desejada. Os reduzidos números de solicitações por indivíduos compreendidos nas faixas etárias mais elevadas sugere que a tecnologia pode ter sido uma barreira à aquisição informacional. Ademais, os idosos estão em menor número comparativamente à população jovem, o que também explica o baixo número de pedidos.

Jaeger e Bertot (2010) colocam que a internet teve influência substancial na forma como os indivíduos buscam por informação, remodelando os seus comportamentos. Entretanto, os autores também observam que o seu acesso não é igualitário, além de haver diferenças de acesso à largura de banda e habilidades tecnológicas (JAEGER; BERTOT, 2010). Deste modo, a falta de acesso à internet e/ou a falta de habilidades para manusear a tecnologia configuram barreiras na busca por informações, evidenciadas pelo modelo de comportamento de busca informacional (WILSON, 1981).

A Figura 4 apresenta o resultado para a região geográfica de residência do solicitante. Percebe-se que em torno de 50% de todas as solicitações são da região Sudeste. Este resultado era esperado considerando que há forte concentração populacional nesta região. A segunda região mais representativa foi a Nordeste cujo percentual oscilou entre 15% e 20% ao longo do período de análise. A região Norte, por sua vez, tem a menor participação, chegando ao máximo de 6,21% em 2017 e oscilando entre 4% e 7% no restante dos períodos. As regiões Sul e Centro-Oeste apresentaram participações muito semelhantes e com pouca variabilidade, estando entre 13% e 16% em todo o período. Coloca-se, também, que foi analisada a nacionalidade. Observou-se que 1% dos pedidos foi feito por cidadãos estrangeiros.

FIGURA 4 - PESSOA FÍSICA: FREQUÊNCIAS RELATIVAS DAS REGIÕES DOS SOLICITANTES DE 2012 A MAIO DE 2021



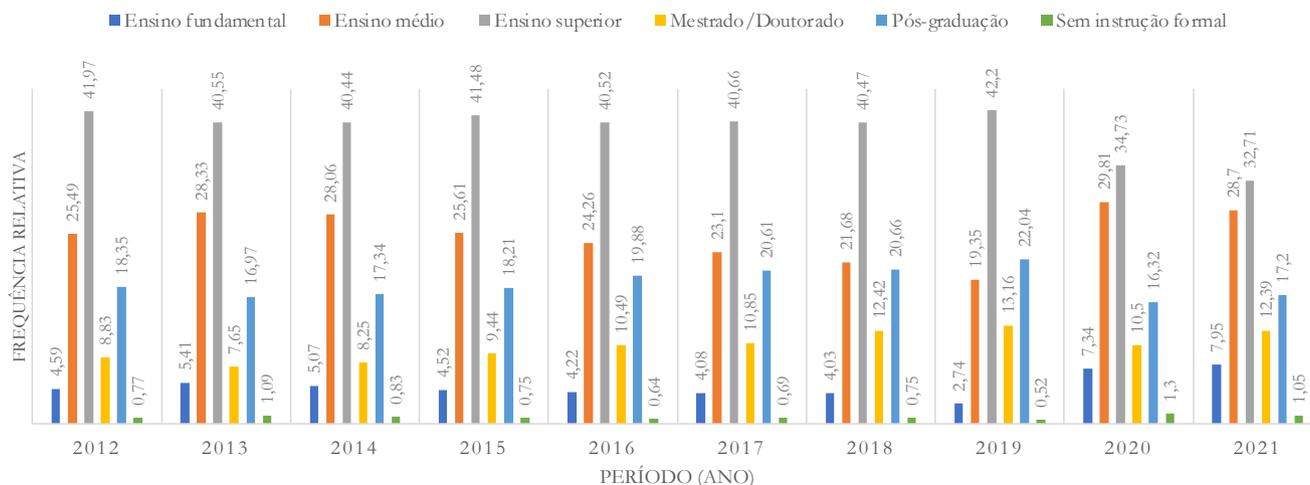
Fonte: Dados da pesquisa.

A análise por região é pertinente porque também representa, usualmente, culturas diferentes. Deste modo, pode apontar como diferenças culturais influenciam comportamentos cívicos em relação à transparência pública. Além disso, a análise por território pode evidenciar como o desenvolvimento econômico impacta a transparência passiva. O desenvolvimento econômico e índices de qualidade de vida (como o IDH, por exemplo) estão frequentemente associados às políticas públicas locais. Presume-se que cidadãos mais politicamente envolvidos exercem maior pressão sobre os governos locais para o atendimento de demandas que promovem melhor qualidade de vida. A análise por jurisdição territorial é suportada pelo modelo de Wilson (1981), uma vez que fatores ambientais também podem gerar necessidade informacional.

O estudo de Peres et al. (2020) não encontrou associação significativa entre a região e a transparência passiva, mas os autores observaram que a região geográfica foi pouco explorada e que maiores investigações podem ser desenvolvidas.

A Figura 5 mostra os resultados relativos à escolaridade dos solicitantes de 2012 a 2021. Nota-se que as solicitações realizadas por pessoas sem instrução formal apresentaram a menor frequência, o que é compatível com a expectativa. Visto que a solicitação de informação requer que o solicitante escreva de forma objetiva e clara, indivíduos com pouca alfabetização tem menor capacidade de escrever tais requisições. Ao observar este ponto sob a perspectiva do modelo de comportamento de busca informacional (WILSON, 1981), constata-se que a falta de alfabetização ou uma formação educacional deficitária pode constituir uma barreira ao solicitar informações públicas.

FIGURA 5 - PESSOA FÍSICA: FREQUÊNCIAS RELATIVAS DA ESCOLARIDADE DOS SOLICITANTES DE 2012 A MAIO DE 2021



Fonte: Dados da pesquisa.

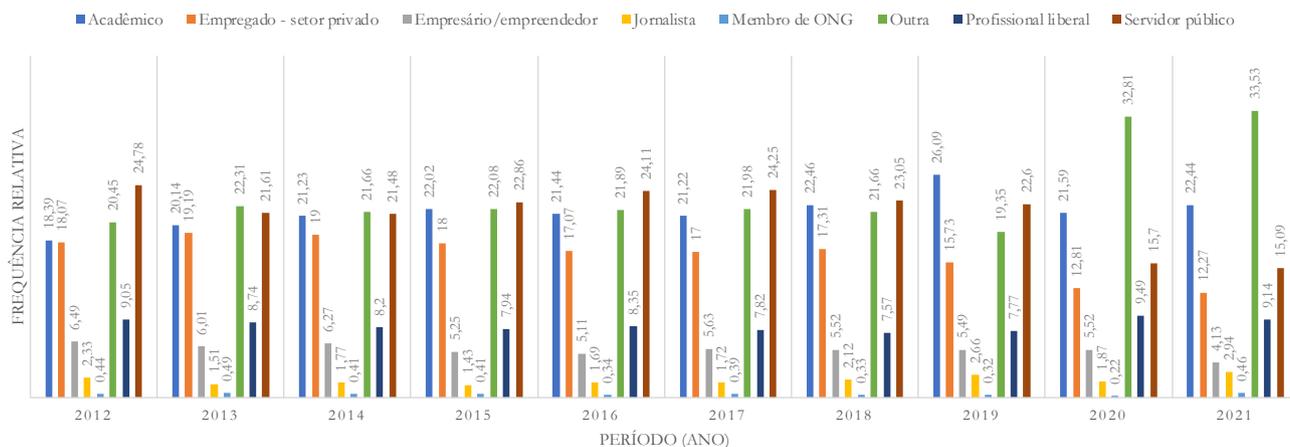
Em contraste, os solicitantes com ensino superior são os que mais fizeram solicitações de informação pública em todos os anos da série de tempo analisada, chegando a quase o dobro de solicitações de quem possui ensino médio ou pós-graduação<sup>1</sup>. Nos últimos dois anos, houve redução entre a quantidade de pedidos dos solicitantes pertencentes às categorias Ensino médio e Ensino superior, diferindo em aproximadamente 4%. Este achado denota que cidadãos com ensino médio estão necessitando de mais informações do que usualmente necessitavam. Uma das potenciais explicações é, de novo, a pandemia do novo coronavírus, cenário no qual informações

sobre saúde são mais necessárias. A partir desta análise descritiva, outras potenciais explicações devem ser investigadas futuramente.

No que tange à profissão, a Figura 6 mostra os resultados. Antes da análise, é preciso colocar que algumas categorias profissionais foram agregadas, já que apresentaram baixa frequência. Desta forma, os servidores públicos municipais, estaduais e federais foram agrupados na categoria Servidor público; os membros de ONG nacional e internacional foram agrupados na categoria Membro de ONG; Pesquisadores, professores e estudantes foram agrupados na categoria Acadêmico; a categoria Profissional liberal compreende os profissionais liberais e autônomos; por fim, membros de partido político e representantes de sindicato foram reclassificados para a categoria Outra (profissão).

1. Solicitantes com pós-graduação não incluídos na categoria mestrado/doutorado.

FIGURA 6 - PESSOA FÍSICA: FREQUÊNCIAS RELATIVAS DAS PROFISSÕES DOS SOLICITANTES DE 2012 A MAIO DE 2021



Fonte: Dados da pesquisa.

Percebe-se que parcela relevante dos solicitantes informou ter profissão diversa das opções oferecidas pelo formulário de cadastro, definindo profissão como “Outra”, com mais de 33% de declarações desse tipo em 2020 e 2021. Servidores públicos, acadêmicos e empregados do setor privado<sup>2</sup> detêm as maiores frequências após a categoria Outra. Este achado é consistente com a expectativa dos autores desta pesquisa uma vez que servidores públicos estão altamente envolvidos com a área pública; acadêmicos desenvolvem pesquisas com base em dados públicos; e empregados do setor privado relacionam-se diferentemente com entes públicos federais e têm distintas necessidades de informação.

Membros de organizações não governamentais (ONGs) são os que menos fizeram solicitações, com menos de 0,5% em todos os anos. Ao mesmo tempo que este resultado era esperado, também é importante notar que há amplo espaço de crescimento de solicitantes deste tipo de organização. Considerando que ONGs gozam de benefícios fiscais e políticas governamentais, a troca de informações entre ONGs e governo precisa ser mais estreita. E isso pode ser feito por meio da transparência passiva. É usual que ONGs não se beneficiem de políticas públicas em função do seu desconhecimento. Nesse sentido, solicitações de informação acerca da existência destas políticas públicas (ou políticas correlatas) devem ser realizadas, bem como outras solicitações cabíveis dentro das normas de acesso à informação.

Em geral, o perfil do solicitante – pessoa física tem se mantido relativamente constante. Entretanto, algumas mudanças mais recentes merecem destaque. Primeiro, a representatividade do sexo feminino aumentou significativamente nos últimos anos e chegou a ultrapassar a do sexo masculino em 2021. Deste modo, mesmo que historicamente o sexo masculino tenha sido predominante, a sua representatividade vem decrescendo. Outro ponto é o crescimento dos solicitantes com ensino médio, também nos últimos anos (2020 e 2021). Isso pode indicar que alunos do ensino médio estão mais engajados política e civicamente. Estas análises permitem que investigações futuras busquem explicações para estes resultados.

## 4.2. Perfil das pessoas jurídicas

As pessoas jurídicas representam a minoria dos pedidos de acesso à informação. Este resultado é consistente com o de Gama e Rodrigues (2016), estudo no qual as empresas representavam somente 2% dos pedidos de acesso à informação, enquanto o restante era composto por pessoas físicas. Nem por isso a compreensão do seu perfil deixa de ser importante. A identificação do perfil do solicitante – pessoa jurídica pode ajudar entidades públicas a se prepararem melhor para fornecer uma resposta ou anteciparem demandas comuns a estas empresas. A análise das pessoas jurídicas é outro diferencial em relação à literatura prévia, na qual há maior concentração de análises de pessoas físicas. Duas características informativas das empresas que estão dispo-

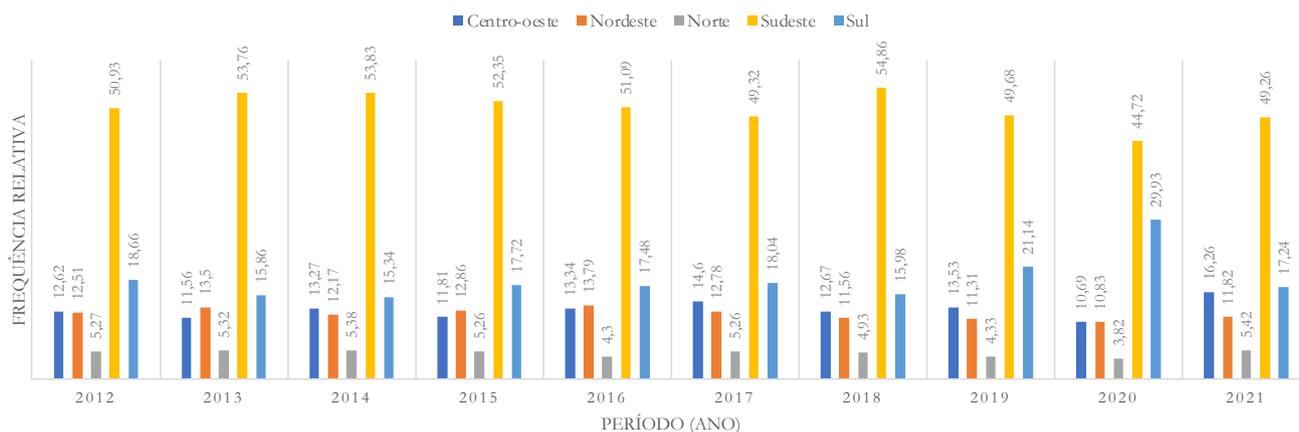
2. Exceto aqueles classificados como membros de ONGs.

níveis na base de dados da plataforma Fala.BR são: (i) região geográfica da qual procede o pedido de acesso à informação; e (ii) tipo de pessoa jurídica.

A Figura 7 reporta o resultado da variável Região Brasileira. Esta análise aponta a região Sudeste como a de maior percentual de participação e a região Norte com a menor, semelhante ao observado no perfil de pessoa física. Da mesma forma, apenas

1% das solicitações não são de empresas brasileiras. Nos últimos dois anos, é notável o crescimento de solicitações de origem da região Sul. Até 2018, o valor máximo desta região era 18,66%. Em 2019 e 2020, este percentual atingiu, respectivamente, 21,14% e 29,93%. Em 2021 (até maio), o percentual caiu para 17,24%. Ainda assim, é um ponto de atenção.

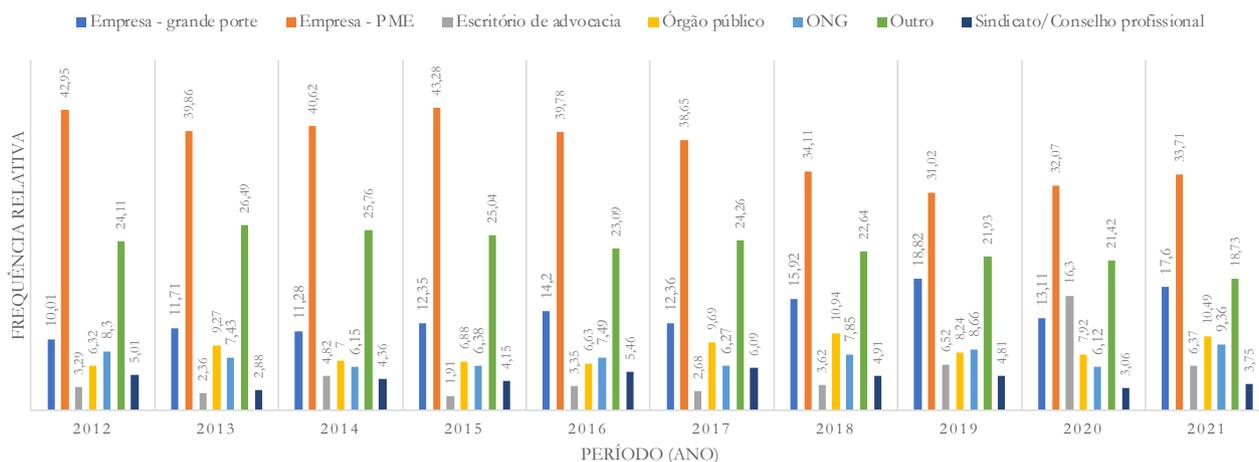
**FIGURA 7 - PESSOA JURÍDICA: FREQUÊNCIAS RELATIVAS DAS REGIÕES BRASILEIRAS DOS SOLICITANTES DE 2012 A MAIO DE 2021**



Fonte: Dados da pesquisa.

Na Figura 8, constam os resultados para o tipo de pessoa jurídica. Similarmente ao que foi feito para as pessoas físicas, também houve agregação de categorias devido à baixa frequência. A categoria Órgão público compreende órgãos públicos municipais, estaduais, federais e empresas públicas e estatais; Partidos políticos e veículos de comunicação foram agregados à categoria Outro; e, por fim, a categoria Sindicato inclui sindicatos e conselhos profissionais.

**FIGURA 8 - PESSOA JURÍDICA: FREQUÊNCIAS RELATIVAS DO TIPO DE PESSOA JURÍDICA DE 2012 A MAIO DE 2021**



Fonte: Dados da pesquisa.

As pequenas e médias empresas (PMEs) apresentaram as maiores frequências de pedidos de acesso à informação, com mais de 30% das solicitações ao longo do tempo. Como as PMEs estão em maior número no Brasil, este achado está consistente com a realidade. As empresas de grande porte representam parcela relevante do total dos pedidos, especialmente nos últimos quatro anos (2018-2021). Sindicatos e/ou conselhos profissionais possuem baixos percentuais de participação de solicitações. Os escritórios de advocacia também apresentaram baixos percentuais, com exceção do ano de 2020, no qual é possível notar um crescimento expressivo de pedidos. Investigações futuras podem explorar os motivos deste forte crescimento de solicitações.

Em geral, as pessoas jurídicas que fazem pedidos de acesso à informação são caracterizadas predominantemente como brasileiras, de pequeno ou médio porte e que estão localizadas na região Sudeste. Embora estes resultados estivessem de acordo com a expectativa, é importante notar que houve um forte crescimento de pedidos oriundos de empresas de grande porte. ONGs também apresentaram um crescimento em 2021, o que sugere um aumento de demanda por informações diferentes das que vinham sendo solicitadas.

O modelo de comportamento de busca informacional inicialmente proposto por Wilson (1981) também é aplicável a empresas. Empresas com distintas características e inseridas em múltiplos contextos podem apresentar diferentes necessidades informacionais. O tipo de informação requerida por uma empresa com fins lucrativos pode ser diferente daquela demandada por uma sem fins lucrativos. Além disso, as barreiras enfrentadas na busca por informação também podem variar em função das características das empresas. Grandes empresas geralmente têm equipes maiores e equipamentos mais sofisticados quando comparadas aos dos pequenos negócios. Por outro lado, a quantidade de informações requeridas por pequenos empreendimentos é menor em relação à das grandes empresas. Estudos futuros podem analisar, com base no modelo de comportamento de busca informacional (WILSON, 1981, 1997, 1999), a relação entre as características das pessoas jurídicas e o seu nível de necessidade informacional dentro do escopo da LAI.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste artigo foi analisar o perfil dos solicitantes dos pedidos de acesso à informação da plataforma Fala.BR de 2012 a 2021. Mais de 260.000 observações, incluindo pessoas físicas e jurídicas, foram examinadas por meio de estatística descritiva univariada. A partir das análises, conclui-se que o perfil do solicitante – pessoa física é caracterizado, predominantemente, por ser do sexo masculino, com idade de 21 a 40 anos, com ensino superior completo, que são servidores públicos ou acadêmicos e que residem na região Sudeste. No que diz respeito às pessoas jurídicas, a maioria é brasileira, está localizada na região Sudeste e é de pequeno ou médio porte.

Ao longo da análise, foram identificadas algumas tendências que merecem maior investigação em oportunidades futuras. A primeira é a emergência do sexo feminino nos últimos anos, que chegou a superar o sexo masculino em 2021 (considerando até a data de download dos dados). A segunda é o crescimento de pedidos advindos de pessoas com ensino médio. Nos últimos anos, aproximadamente um terço dos pedidos foi feito por pessoas com ensino médio. Algumas questões surgem deste ponto: será que os alunos do ensino médio estão mais engajados politicamente? Será que os professores estão solicitando trabalhos que motivem estes alunos a acompanharem os entes públicos? Pesquisas futuras podem tentar compreender este achado.

Quanto às limitações da pesquisa, podem ser citadas as seguintes: (i) as análises são univariadas. Ainda assim, são valiosas para indicar pontos que merecem exploração mais detalhada; (ii) há poucos dados disponíveis em relação às pessoas jurídicas. Deste modo, não foi possível traçar um perfil mais completo das empresas que fazem pedidos de acesso à informação via plataforma Fala.BR; e (iii) os dados foram coletados em maio de 2021. Portanto, é preciso que os resultados para este período sejam analisados com cautela, já que não compreendem o período integral do ano de 2021. Da mesma forma, o ano de 2012 não contempla todos os meses uma vez que a LAI começou a vigorar em 16 de maio de 2012.

Como indicação de pesquisas futuras, é importante que a transparência passiva, e particularmente o pedido de acesso à informação, seja observada por diferentes teorias e modelos teóricos. A lente pela qual se enxerga um fenômeno pode gerar achados

complementares àqueles presentes na literatura. Neste estudo, adotou-se o modelo de comportamento de busca informacional (WILSON, 1981, 1997, 1999), o qual deu suporte à análise dos dados ao evidenciar o contexto da necessidade de informação e potenciais barreiras encontradas ao realizar solicitações de acesso à informação. Ademais, é relevante uma

avaliação focada nas necessidades informacionais, as quais podem envolver outros aspectos além do perfil do solicitante. Como última sugestão, levanta-se a possibilidade de associar as variáveis dos solicitantes entre si, como, por exemplo, sexo e região do país, tipo de pessoa (física ou jurídica) e região do país, sexo e faixa etária e assim por diante.

## REFERÊNCIAS

- BALDISSERA, J. F. et al. Transparência na gestão pública: Aplicação da LAI no município de Cascavel sob a teoria contingencial. *Revista Competitividade e Sustentabilidade*, v. 4, n. 1, p. 47–62, 2017. Recuperado de: <https://doi.org/10.5935/2359-5876.20170005>
- BIRSKYTE, L. Determinants of Budget Transparency in Lithuanian Municipalities. *Public Performance & Management Review*, v. 42, n. 3, p. 707–731, 2019. Recuperado de: <https://doi.org/10.1080/15309576.2018.1507915>
- BRASIL. *Fala.BR - Módulo Acesso à Informação*. Brasília: 2021a. Recuperado de: <https://www.gov.br/acaoainformacao/pt-br/falabr>. Acesso em: 21 maio 2021.
- BRASIL. *Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Brasília: 2011. Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)
- BRASIL. *Portal da Transparência*. Brasília: 2021b. Recuperado de: <http://www.transparencia.gov.br/>. Acesso em: 21 maio 2021.
- CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Guia da Política de Governança Pública*. Brasília: 2018. Recuperado de: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/centrais-de-conteudo/downloads/guia-da-politica-de-governanca-publica>.
- CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. *Acesso à Informação Pública: Uma introdução à Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Brasília: 2011. Recuperado de: [www.cgu.gov.br](http://www.cgu.gov.br).
- CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. *Download de Dados LAI*. Brasília: 2021. Recuperado de: <https://falabr.cgu.gov.br/publico/DownloadDados/DownloadDadosLai.aspx>. Acesso em: 21 maio 2021.
- CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. *Manual do Fala.BR - Módulo de Acesso à Informação: Guia do Usuário*. Brasília: 2020. Recuperado de: [https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/46644/1/manual\\_falabr\\_guia\\_usuario.pdf](https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/46644/1/manual_falabr_guia_usuario.pdf).
- ELLIS, D. A behavioural approach to information retrieval system design. *Journal of Documentation*, v. 45, n. 3, p. 171–212, 1989. Recuperado de: <https://doi.org/10.1108/eb026843>
- FREIRE, F. R.; BATISTA, C. M. Como o cidadão avalia o Portal? Um estudo com os usuários do Portal da Transparência do Governo Federal. *Revista da CGU*, v. 8, n. 13, p. 373–403, 2016. Recuperado de: <https://doi.org/10.36428/revistadacgu.v8i13.19>
- GAMA, J. R.; RODRIGUES, G. M. Transparência e acesso à informação: um estudo da demanda por informações contábeis nas universidades federais brasileiras. *Transinformação*, v. 28, n. 1, p. 47–58, 2016. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/2318-08892016002800004>

- HENRIQUE, L. C. J.; BARBOSA, R. R. Busca da informação em marketing: a perspectiva da ciência da informação. *Revista de Administração de Empresas*, v. 49, n. 2, p. 221–233, 2009. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/S0034-75902009000200008>
- HERNÁNDEZ SALAZAR, P. et al. Análisis de modelos de comportamiento en la búsqueda de información. *Ciência da Informação*, v. 36, n. 1, p. 136–146, 2007. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652007000100010>
- HUBER, J. T.; CRUZ, J. M. Information Needs and Information-Seeking Behaviors of HIV Positive Men and Women. *Medical Reference Services Quarterly*, v. 19, n. 3, p. 39–48, 2000. Recuperado de: [https://doi.org/10.1300/J115v19n03\\_03](https://doi.org/10.1300/J115v19n03_03)
- JAEGER, P. T., & BERTOT, J. C. (2010). Transparency and technological change: Ensuring equal and sustained public access to government information. *Government Information Quarterly*, v. 27, n. 4, 371–376. Recuperado de: <https://doi.org/10.1016/j.giq.2010.05.003>
- JOROSI, B. N. The Information Needs and Information Seeking Behaviours of SME Managers in Botswana. *Libri*, v. 56, n. 2, p. 97–107, 2006. Recuperado de: <https://doi.org/10.1515/LIBR.2006.97>
- LEE, J. H.; CHO, H.; KIM, Y.-S. Users' music information needs and behaviors: Design implications for music information retrieval systems. *Journal of the Association for Information Science and Technology*, v. 67, n. 6, p. 1301–1330, 2016. Recuperado de: <https://doi.org/10.1002/asi.23471>
- MARTÍNEZ-SILVEIRA, M.; ODDONE, N. Necessidades e comportamento informacional: conceituação e modelos. *Ciência da Informação*, v. 36, n. 2, p. 118–127, 2007. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652007000200012>
- MICHENER, G.; CONTRERAS, E.; NISKIER, I. Da opacidade à transparência? Avaliando a Lei de Acesso à Informação no Brasil cinco anos depois. *Revista de Administração Pública*, v. 52, n. 4, p. 610–629, 2018. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/0034-761220170289>
- PERES, L. N. et al. Transparência passiva do governo federal brasileiro: o mesmo acesso para todos? *Revista Universo Contábil*, v. 16, n. 3, 140–159 2020. Recuperado de: [www.furb.br/universocontabil](http://www.furb.br/universocontabil)
- R CORE TEAM. *R: a language and environment for statistical computing*. Vienna, AT: R Foundation for Statistical Computing, 2020.
- SASSO, M. et al. Análise Descritiva dos Pedidos de Acesso à Informação ao Governo Federal por meio do Portal Acesso à Informação. *Revista da CGU*, v. 9, n. 14, p. 601–617, 2017. Recuperado de: <https://doi.org/10.36428/revistadacgu.v9i14.93>
- SCHILLEMANS, T. Managing Public Accountability: How Public Managers Manage Public Accountability. *International Journal of Public Administration*, v. 38, n. 6, p. 433–441, 2015. Recuperado de: <https://doi.org/10.1080/1900692.2014.949738>
- SILVA, W. A. de O. e; BRUNI, A. L. Variáveis socioeconômicas determinantes para a transparência pública passiva nos municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública*, v. 53, n. 2, p. 415–431, 2019. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/0034-761220170383>
- SMITH, M. *Research Methods in Accounting*. 3a ed. London: Sage, 2015.
- WILSON, T. D. Information behaviour: An interdisciplinary perspective. *Information Processing & Management*, v. 33, n. 4, p. 551–572, 1997. Recuperado de: [https://doi.org/10.1016/S0306-4573\(97\)00028-9](https://doi.org/10.1016/S0306-4573(97)00028-9)

WILSON, T. D. The transfer of theories and models from information behaviour research into other disciplines. *Information Research*, v. 25, n. 3, paper 873, 2020. Recuperado de: <https://doi.org/10.47989/irpaper873>

WILSON, T. D. Models in information behaviour research. *Journal of Documentation*, v. 55, n. 3, p. 249–270, 1999. Recuperado de: <https://doi.org/10.1108/EUM0000000007145>

WILSON, T. D. On user studies and information needs. *Journal of Documentation*, v. 37, n. 1, p. 3–15, 1981. Recuperado de: <https://doi.org/10.1108/eb026702>



**Vitor Hideo Nasu**

<https://orcid.org/0000-0002-5176-6634>

Universidade de São Paulo (USP)  
[vnasu@usp.br](mailto:vnasu@usp.br)

Doutorando em Controladoria e Contabilidade pela Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (FEA/USP). Professor de Contabilidade na Universidade Norte do Paraná (UNOPAR).



**Yana Miranda Borges**

<https://orcid.org/0000-0002-1866-5524>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM)  
[borges.yana@gmail.com](mailto:borges.yana@gmail.com)

Graduada em Estatística pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Mestre em Bioestatística pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professora do ensino básico técnico e tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM).



**Breno Gabriel da Silva**

<https://orcid.org/0000-0002-8322-9235>

Universidade de São Paulo (USP)  
[brenosilva@usp.br](mailto:brenosilva@usp.br)

Graduado em Matemática pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Mestre em Bioestatística pela UEM. Doutorando em Estatística e Experimentação Agrônômica pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP).